

Êxitos da prioridade agrícola

por Lillian Witte Fibe

Para um país que exportará US\$ 10,5 bilhões em produtos agrícolas em 1981 e que depende da atividade agropecuária para reduzir o déficit de seu balanço de pagamentos, agravado nos últimos anos com a crise do petróleo, produzir safras recorde de 50 a 55 milhões de toneladas de grãos ainda é pouco. Seus 119 milhões de habitantes consumiam, até o ano passado, mais alimento do que o que se produzia internamente. E o excedente exportável de alguns tipos de grãos, como a soja, não foi suficiente para aliviar as contas da balança comercial na proporção desejada.

Por isso o governo Figueiredo elegeu a agropecuária como o setor prioritário do desenvolvimento econômico do Brasil. E os primeiros resultados dessa política que está completando dois anos indicam que os objetivos vêm sendo atingidos: a agricultura aumentou seu produto em 3,5% em 1979 e em 8,2% em 1980. A meta

oficial para 1981 é ambiciosa: o crescimento deve ser de 10% e para isso aqueles que desejam melhorar os índices de produtividade de sua lavoura ou aumentar a área plantada continuam tendo acesso a crédito farto e a juros subsidiados. Eles sabem também que tudo o que for colhido será comprado pelo governo a preços mínimos previamente anunciados.

A partir dessa certeza, os agricultores atenderam ao estímulo governamental. Plantaram mais e procuraram aumentar a produtividade para conseguir mais crédito. Resultado: a colheita que começará agora, favorecida por excelentes condições climáticas, ao que tudo indica será recorde de pelo segundo ano consecutivo, podendo chegar a 55 milhões de toneladas de grãos.

Mas para aliviar as pressões inflacionárias e os desajustes do balanço de pagamentos, o Brasil precisará colher safras recorde também nos próximos anos. Em 1980, 50,7 milhões de toneladas de grãos não bastaram para o abastecimento interno. Foi necessário importar razoável quantidade de três dos principais produtos da dieta do brasileiro: o feijão, o arroz e o milho — com dispendiosa evasão de divisas, que poderia ter sido evitada se já estivessem sendo aproveitados os 26 milhões de hectares de várzeas agricultáveis existentes no País, e hoje totalmente ociosos.

O governo sabe disso, e pretende conseguir financiamentos no exterior para o chamado "Provárzeas", uma das prioridades do Ministério da Agricultura para 1981 e que prevê a incorporação de 10 milhões de hectares até 1985.

"A idéia é engajar os grandes centros financeiros de todo o mundo no projeto, para gerarmos alimentos que garantam a exportação e, conseqüentemente, o pagamento desses empréstimos feitos em moeda estrangeira", disse, em sua última entrevista de 1980, o ministro da Agricultura, Amaury Stabile. Ele não falou em quantidade de recursos a serem levantados no exterior, e até agora não foi possível avaliar a disposição dos banqueiros estrangeiros em financiar novo tipo de atividade a um país cuja dívida externa já chega aos US\$ 58 bilhões. É possível que seja difícil conseguir a quantidade necessária para que, até 1985, estejam incorporados os 10 milhões de hectares que fazem parte dos planos oficiais. Além disso, o custo desse dinheiro, a julgar pela tendência do mercado financeiro internacional, deverá continuar alto nos próximos meses.

O aproveitamento das várzeas, no entanto, é apenas uma das maneiras que o governo encontrou para procurar aumentar a produção agrícola. Os agricultores do Nordeste, que com frequência perdem sua produção por causa de prolongadas estiagens, serão incentivados a utilizar determinados tipos de sementes mais resistentes à seca. Só terão acesso ao crédito oficial subsidiado aqueles que seguirem essa orientação.

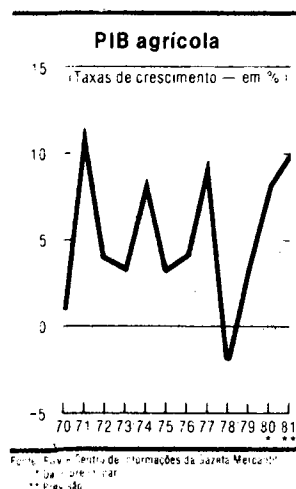
No Centro-Sul, região responsável por 60% da produção de todo o País, a preocupação é outra. Nos últimos anos, as culturas de exportação ocuparam parte da área antigamente aproveitada para a lavoura dos produtos consumidos internamente. Essa tendência parece ter começado a mudar no ano passado, quando 2,65 milhões de hectares foram incorporados à agricultura com culturas de subsistência, e apenas 850 mil hectares foram ocupados com produtos destinados à exportação, segundo constatou o pesquisador Fernando Homem de Melo, da Fundação Instituto de Pesquisas

Econômicas da Universidade de São Paulo. De 1977 a 1979, a área total destinada à agricultura permaneceu praticamente estável, mas os produtos de exportação aumentaram 10,6%, enquanto a produção de alimentos caiu 5,7%.

E exatamente essa a preocupação das autoridades agrícolas da região Centro-Sul. Elas querem manter a tendência que começou a ser verificada no ano passado, além de administrar a produção de fontes alternativas de energia, como a cana-de-açúcar e as sementes oleaginosas.

O Rio de Janeiro, por exemplo, quer triplicar a produção de cana nos próximos três anos mediante a irrigação. Mas pretende também tornar-se auto-suficiente em café daqui a cinco anos, aumentando sua produção das atuais 120 mil sacas para 1,1 milhão de sacas. São Paulo dará prioridade à produção de feijão, arroz e milho, mas seus agricultores obedecerão a um zoneamento agrícola na região Oeste, com o objetivo de aumentar a produção de cana-de-açúcar. Rio Grande do Sul — que deverá colher uma safra recorde de soja este semestre — quer

alternativas para as safras de inverno, e evitar maiores prejuízos com o trigo. Nesse sentido, a colza parece ser uma de suas mais prováveis substitutas. Paraná e Minas Gerais não apresentaram, recentemente,



te, planos de reformulação da política agrícola, mas nesses Estados a ameaça das culturas de exportação nunca foi tão grande quanto em São Paulo ou no Rio Grande do Sul.

A preferência dos agricultores pelas culturas de exportação nos últimos anos era, de resto, bastante compreensível. Internamente, os preços dos alimentos, quando não estavam tabelados, eram severamente vigiados pelo Conselho Interministerial de Preços, o órgão governamental encarregado de supervisionar os

preços das mercadorias agrícolas, minerais ou industriais. Enquanto isso, as exportações muitas vezes eram mais vantajosas, reguladas apenas pela tendência dos preços no mercado

internacional. Era razoável que a livre iniciativa na agropecuária procurasse plantar aquilo que fosse mais lucrativo — até que a tendência se invertesse e que o governo começasse a estimular, com preços altos e mais crédito, as culturas de abastecimento interno.

Isso não quer dizer, no entanto, que em 1981 haverá menos soja ou café para exportação. As últimas estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos indicam, ao contrário, que as exportações agrícolas brasileiras serão recordes em 1981, elevando-se dos US\$ 9,2 bilhões do ano passado para US\$ 10,5 bilhões este ano.

Pela primeira vez na história, as exportações de soja superarão as vendas de café, e deverão chegar a US\$ 3,255 bilhões, mais de US\$ 1 bilhão acima da receita arrecadada no ano passado. Com os preços do café em baixa, o País deverá aumentar o volume exportado de 15 milhões para 17 milhões de sacas, mas só conseguirá obter no exterior US\$ 2,3 bilhões, quantidade inferior aos US\$ 2,7 bilhões do ano passado.

As exportações de açúcar, de acordo com as estimativas oficiais, aumentarão de US\$ 1,345 bilhão para US\$ 1,735 bilhão. Cairão, em valor, as exportações de cacau, mas aumentarão as de algodão, aves, carne industrializada e óleo de mamona.